



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do Banco Bradesco BERJ S.A. (BERJ ou Instituição), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016, produzidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No semestre, o BERJ registrou Lucro Líquido de R\$ 187 milhões, contabilizando um Patrimônio Líquido de R\$ 4.753 milhões e Ativos Totais no montante de R\$ 5.856 milhões.

A Instituição declara, também, em atendimento aos termos do Artigo 11º, do Regulamento Anexo à Resolução nº 4.122/12, do Conselho Monetário Nacional, que as operações da Instituição estão sendo adequadas para consecução dos objetivos estratégicos definidos no Plano de Negócios submetido e aprovado pelo Banco Central do Brasil.

Atenciosamente,

Rio de Janeiro, RJ, 27 de julho de 2016.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil					
ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015
CIRCULANTE	2.446.139	51.593.587	CIRCULANTE	175.298	23.633.182
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	55	51	OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	-	22.388.035
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	747.411	45.696.031	Recompras a Liquidar - Carteira Própria (Nota 13b)	-	22.388.035
Aplicações no Mercado Aberto	382.644	573.590	OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	1.299	1.272
Depósitos Interfinanceiros	364.767	45.122.441	Outras Instituições	1.299	1.272
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS	966.841	5.216.249	OUTRAS OBRIGAÇÕES	173.999	1.243.875
DERIVATIVOS (Nota 6)	966.841	5.216.249	Sociais e Estatutárias (Nota 16d)	44.430	873.109
Carteira Própria	900.855	3.425.219	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	105.513	344.023
Vinculados a Operações Compromissadas	-	1.734.845	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	1.277	1.250
Vinculados à Prestação de Garantias	65.986	56.185	Diversas (Nota 15b)	22.779	25.493
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1	15			
Transferências Internas de Recursos	1	15			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	202.357	303.114	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	928.151	997.934
Empréstimos e Financiamentos	203.374	304.637	OUTRAS OBRIGAÇÕES	928.151	997.934
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.017)	(1.523)	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	817.170	894.857
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	524.704	373.131	Diversas (Nota 15b)	110.981	103.077
Rendas a Receber	19.373	19.399			
Diversos	505.637	354.891			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(306)	(1.159)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 16)	4.752.871	53.291.551
OUTROS VALORES E BENS (Nota 9)	4.770	4.996	Capital:		
Outros Valores e Bens	100.514	104.794	- De Domiciliados no País	3.087.000	52.156.095
Provisões para Desvalorizações	(95.744)	(99.798)	Reservas de Lucros	1.755.170	863.138
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.093.754	25.979.597	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(89.299)	272.318
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DERIVATIVOS (Nota 6)	458.685	23.508.822			
Carteira Própria	413.903	2.354.003			
Vinculados a Operações Compromissadas	-	21.097.205			
Moedas de Privatização	44.782	48.015			
Vinculados à Prestação de Garantias	-	9.599			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	1.098.571	1.003.982			
Empréstimos e Financiamentos	1.104.091	1.009.027			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.520)	(5.045)			
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	1.536.498	1.466.793			
Rendas a Receber	15	14			
Diversos	1.539.091	1.479.946			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.608)	(13.167)			
PERMANENTE	316.427	349.483			
INVESTIMENTOS	315.601	348.491			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País (Nota 10)	315.267	348.156			
Outros Investimentos	3.174	3.175			
Provisão para Perdas	(2.840)	(2.840)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 11)	488	571			
Outras Imobilizações de Uso	723	723			
Depreciações Acumuladas	(235)	(152)			
INTANGÍVEL (Nota 12)	338	421			
Outros Ativos Intangíveis	546	523			
Amortizações Acumuladas	(208)	(102)			
TOTAL	5.856.320	77.922.667	TOTAL	5.856.320	77.922.667

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
	2016	2015	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Totais
			Capital Social	Legal	Estatutária	Próprias	Controladas e Coligadas		
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	311.080	4.767.126							
Operações de Crédito	100.485	103.201							
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6d)	210.595	4.663.925							
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	14.196	3.127.205							
Operações de Captações no Mercado (Nota 13)	14.187	3.128.123							
Operações de Empréstimos e Repasses	25	16							
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(16)	(934)							
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	296.884	1.639.921							
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	14.741	(137.800)							
Despesas de Pessoal (Nota 17)	(7.990)	(6.256)							
Outras Despesas Administrativas (Nota 18)	(11.272)	(7.170)				334.058	(169)		333.889
Despesas Tributárias (Nota 19)	(19.405)	(119.842)						952.428	952.428
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 10)	14.830	11.132						(726.226)	-
Outras Receitas Operacionais (Nota 20)	91.770	70.478							
Outras Despesas Operacionais (Nota 21)	(53.192)	(86.142)						(226.202)	(226.202)
RESULTADO OPERACIONAL	311.625	1.502.121							
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 22)	8.601	59.455							
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	320.226	1.561.576							
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 24)	(133.153)	(609.148)							
Provisão para Imposto de Renda	(75.429)	(392.521)				(51.164)	(355)		(51.519)
Provisão para Contribuição Social	(68.327)	(161.832)						187.073	187.073
Ativo Fiscal Diferido	10.603	(54.795)		9.354	133.289			(142.643)	-
LUCRO LÍQUIDO	187.073	952.428							
Número de ações (Nota 16a)	155.463	155.463						(44.430)	(44.430)
Lucro por ação em R\$	1.203,33	6.126,40							

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil			NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
	2016	2015		
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			1) CONTEXTO OPERACIONAL	
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	320.226	1.561.576	O Banco Bradesco BERJ S.A. (BERJ ou Instituição), instituição financeira que tem por objetivo a realização de quaisquer operações bancárias e de prestação de serviços que sejam permitidas pela legislação e regulamentos, pertinentes às instituições de sua espécie, ou autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), inclusive a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras autorizadas: carteira de arrendamento mercantil, carteira comercial, carteira de crédito imobiliário (todas as regiões), carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, podendo, igualmente, o Banco participar de outras sociedades. O BERJ é parte integrante da Organização Bradesco e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.	
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	15.787	(40.913)	2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(16)	(934)	As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para fins de contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, perdas por redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.	
Depreciações e Amortizações	95	88	A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 27 de julho de 2016.	
Reversão de Provisão por Desvalorização de Ativos	(3.803)	(49.196)	3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(14.830)	(11.132)	a) Moeda funcional e de apresentação	
Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	34.341	29.261	As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.	
Outros	-	(9.000)	b) Apuração do resultado	
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	336.013	1.520.663	O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério <i>pro rata</i> dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.	
Varição de Ativos e Obrigações	(522.911)	1.274.118	c) Caixa e equivalentes de caixa	
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(364.767)	1.515.044	Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.	
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.558.764	468.843	d) Aplicações interfinanceiras de liquidez	
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras	5	(15)	As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.	
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	12.742	210.320		
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(51.098)	(9.536)		
Aumento/(Redução) de Depósitos Interfinanceiros	(1.029.751)	(1.404.053)		
Aumento/(Redução) em Obrigações por Operações Compromissadas	-	1.908.089		
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	13	8		
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	14.284	234.391		
Impostos Pagos	(663.103)	(1.648.973)		
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(186.898)	2.794.781		
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	484.156	(469.617)		
Alienação de Investimentos	6.025	-		
Aquisição de Imobilizado de Uso	-	(119)		
Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas	214	254		
Aquisição de Intangível	(22)	(19)		
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	490.373	(469.501)		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				
Dividendos Pagos	-	(1.940.000)		
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	-	(1.940.000)		
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	303.475	385.280		
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	79.224	638.818		
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	382.699	1.024.098		
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	303.475	385.280		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua...



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

e) Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em consideração as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

j) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

l) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

n) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Disponibilidades em moeda nacional	55	51
Total de disponibilidades (caixa)	55	51
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	382.644	1.024.047
Total caixa e equivalentes de caixa	382.699	1.024.098

(1) Referem-se às operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	2016	2015
Aplicações no mercado aberto:					
Posição bancada					
- Letras do Tesouro Nacional	382.644	-	-	382.644	573.590
Aplicações em depósitos interfinanceiros					
- Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	364.767	-	364.767	45.122.441
Total em 2016	382.644	364.767	-	747.411	-
%	51,2	48,8	-	100,0	-
Total em 2015	573.590	2.670.503	42.451.938	45.696.031	100,0
%	1,3	5,8	92,9	100,0	-

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:		
- Rendas de aplicações em operações compromissadas - posição bancada	12.730	24.986
- Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	21.691	2.647.231
Total (Nota 6d)	34.421	2.672.217

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira por título e prazos

Títulos	Em 30 de junho - R\$ mil								
	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2016			2015	
					Valor de mercado/ contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (1)	Marcação a mercado
Títulos públicos	-	-	-	110.769	110.769	102.115	8.654	113.799	9.713
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	65.986	65.986	66.038	(52)	65.784	(20)
Moedas de privatização	-	-	-	44.783	44.783	36.077	8.706	48.015	9.733
Títulos privados	9.938	425.503	44.181	835.135	1.314.757	1.468.211	(153.454)	28.611.272	463.954
Debêntures	-	-	-	126.076	126.076	283.077	(157.001)	26.953.794	455.107
Notas promissórias	-	-	-	-	-	-	-	858.451	6.139
Fundos de investimento	-	-	-	233.333	233.333	233.333	-	639.096	-
Letras financeiras	9.938	425.503	44.181	475.726	955.348	951.801	3.547	159.931	2.708
Total em 2016	9.938	425.503	44.181	945.904	1.425.526	1.570.326	(144.800)	28.725.071	473.667
Total em 2015	832.148	1.696.140	1.613.627	24.583.157					

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos	Em 30 de junho - R\$ mil								
	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2016			2015	
					Valor de mercado/ contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (1)	Marcação a mercado
Títulos para negociação: (2)	9.938	425.503	44.181	487.219	966.841	963.411	3.430	1.575.021	20.352
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	65.986	65.986	66.038	(52)	65.784	(20)
Debêntures	-	-	-	11.629	11.629	11.629	-	1.003.876	18.170
Letras financeiras	9.938	425.503	44.181	409.604	889.226	885.744	3.482	102.569	1.814
Notas promissórias	-	-	-	-	-	-	-	230.362	388
Fundos de investimento	-	-	-	-	-	-	-	172.430	-
Títulos disponíveis para venda: (3)	-	-	-	458.685	458.685	606.915	(148.230)	27.150.050	453.315
Debêntures	-	-	-	114.447	114.447	271.448	(157.001)	25.949.918	436.937
Letras financeiras	-	-	-	66.122	66.122	66.057	65	57.362	894
Fundos de investimento	-	-	-	233.333	233.333	233.333	-	466.666	-
Moedas de privatização	-	-	-	44.783	44.783	36.077	8.706	48.015	9.733
Notas promissórias	-	-	-	-	-	-	-	628.089	5.751
Total em 2016	9.938	425.503	44.181	945.904	1.425.526	1.570.326	(144.800)	28.725.071	473.667
Total em 2015	832.								

...continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.147.315/0001-15
Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

Em 30 de junho - R\$ mil

Operações de crédito	Curso normal							2016 (A)	%	2015 (A)	%
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias					
Empréstimos e títulos descontados.....	14.673	19.935	16.549	48.775	103.442	1.104.091	1.307.465	99,5	1.313.664	99,5	
Outros créditos.....	218	212	759	735	1.198	3.308	6.430	0,5	7.231	0,5	
Total em 2016.....	14.891	20.147	17.308	49.510	104.640	1.107.399	1.313.895	100,0			
Total em 2015.....	17.707	19.182	18.834	59.611	192.142	1.013.419			1.320.895	100,0	

Em 30 de junho - R\$ mil

Operações de crédito	Curso anormal							2016 (B)	%	2015 (B)	%
	Parcelas vencidas			91 a 180 dias	181 a 360 dias						
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias								
Empréstimos e títulos descontados.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros créditos.....	57	59	49	57	30	252	100,0	827	100,0		
Total em 2016.....	57	59	49	57	30	252	100,0			827	100,0
Total em 2015.....	101	85	83	119	439					827	100,0

Em 30 de junho - R\$ mil

Operações de crédito	Curso anormal							Total geral (A+B+C)						
	Parcelas vencidas			91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2016 (C)	%	2015 (C)	%	2016	%	2015	%
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias											
Empréstimos e títulos descontados.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.307.465	99,4	1.313.664	99,4
Outros créditos.....	55	57	56	144	196	332	840	100,0	832	100,0	7.522	0,6	8.890	0,6
Total em 2016.....	55	57	56	144	196	332	840	100,0			1.314.987	100,0		
Total em 2015.....	98	97	95	226	153	163			832	100,0			1.322.554	100,0

b) Composição das operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 30 de junho - R\$ mil

Níveis de risco	Saldo da carteira					Provisão					Provisão mínima requerida
	Curso normal	Curso anormal		Total	%	Específica	Genérica	Total	%		
		Vencidas	Vincendas							Vencidas	
AA.....	300	-	-	300	-	-	-	-	-	-	-
A.....	1.308.231	-	-	1.308.231	99,6	-	6.541	6.541	0,5		
C.....	5.364	35	174	5.573	0,4	1	161	167	3,0		
D.....	-	69	558	627	-	7	56	63	10,0		
E.....	-	12	12	24	-	4	3	7	30,0		
F.....	-	77	75	152	-	39	37	76	70,0		
H.....	-	59	21	80	-	59	21	80	100,0		
Total em 2016.....	1.313.895	252	840	1.314.987	100,0	110	122	6.702	6.934		
Total em 2015.....	1.320.895	827	832	1.322.554		688	404	6.761	7.853		

c) Modalidades e níveis de risco

Em 30 de junho - R\$ mil

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2016 (A)	%	2015 (A)	%
Empréstimos e títulos descontados.....	-	1.307.465	-	-	-	-	-	-	-	1.307.465	99,4	1.313.664	99,3
Outros créditos.....	300	766	-	5.573	627	24	152	-	80	7.522	0,6	8.890	0,7
Total em 2016.....	300	1.308.231		5.573	627	24	152		80	1.314.987			
%.....	-	99,5	-	0,4	0,1	-	-	-	-		100,0		
Total em 2015.....	-	1.314.377	349	6.342	398	33		58	997			1.322.554	
%.....	-	99,4	-	0,5	-	-	-	-	0,1				100,0

d) Setor de atividade econômica

Em 30 de junho - R\$ mil

Setor privado	Em 30 de junho - R\$ mil				Em 30 de junho - R\$ mil			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
Serviços.....	1.310.754	99,7	1.317.633	99,6				
Holdings, atividades jurídicas, contábeis e assessoria empresarial.....	75.793	5,8	64.199	4,9	Diversos			
Atividades imobiliárias, alugueis e serviços.....	1.155.416	87,9	1.173.829	88,7	Títulos e créditos a receber (1).....	184.616	244.702	
Construção civil.....	79.545	6,0	79.605	6,0	Devedores por depósitos em garantia (2).....	1.152.488	937.472	
Pessoa Física.....	4.233	0,3	4.921	0,4	Impostos e contribuições a compensar.....	14.147	13.779	
Total.....	1.314.987	100,0	1.322.554	100,0	Pagamentos a ressarcir (3).....	111.249	152.205	
					Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 24c).....	572.262	476.053	
					Devedores por compra de valores e bens.....	7.521	8.890	
					Outros.....	2.445	1.736	
					Subtotal de outros créditos - diversos.....	2.044.728	1.834.837	
					Provisão para outros créditos			
					Com característica de concessão de crédito.....	(397)	(1.285)	
					Sem característica de concessão de crédito (1).....	(2.517)	(13.041)	
					Subtotal de provisão para outros créditos.....	(2.914)	(14.326)	
					Total de outros créditos.....	2.061.202	1.839.924	

e) Concentração das operações de crédito

Em 30 de junho - R\$ mil

Maior devedor.....	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2016	%	2015	%
Dez maiores devedores.....	1.155.333	87,9	1.173.700	88,7
Vinte maiores devedores.....	1.312.783	99,8	1.320.072	99,8
Cinquenta maiores devedores.....	1.313.732	99,9	1.321.129	99,9
	1.314.987	100,0	1.322.554	100,0

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 30 de junho - R\$ mil

Saldo inicial.....	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Constituição/(Reversão) de provisão.....	8.058	8.787
Baixas para prejuízo.....	(16)	(934)
Saldo final (1).....	6.934	7.853
- Provisão específica (2).....	232	1.092
- Provisão genérica (3).....	6.702	6.761

(1) Inclui R\$ 397 mil (2015 - R\$ 1.285 mil) de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 8);

(2) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias; e

(3) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e portanto, não enquadradas no item anterior.

8) OUTROS CRÉDITOS

Em 30 de junho - R\$ mil

Rendas a receber.....	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2016	%	2015	%
Dividendos e bonificações a receber.....	19.388	99,7	19.413	99,6
Outras rendas a receber.....	18.186	92,8	18.185	92,8
	1.202	6,2	1.228	6,2

10) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participação em coligadas e controladas".

Em 30 de junho - R\$ mil

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social %	Lucro líquido/ajustado	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial	
			Ações	Cotas			2016	2015	2016	2015
			BEC - DTVM Ltda.	25.800			48.297	-	24.199	99,999996
Serel Participações em Imóveis S.A. (1).....	390.000	1.923.386	1.640	-	11,356734	81.690	215.067	196.899	9.278	7.945
Tapajós Holdings Ltda. (1) (2).....	-	-	-	24.836	6,007407	-	-	51.521	-	4.828
Caeté Holdings Ltda. (3).....	-	-	-	-	-	-	-	4.768	348	903
Marselha Holdings Ltda. (4).....	344.800	694.463	-	141	0,054640	59.167	379	268	32	13
Empresa Brasileira de Soldas Elétricas S.A. - EBSE (3).....	66.980	76.571	4.900	-	49,000000	7.277	37.520	35.663	3.566	(4.060)
Tecnologia Bancária S.A. (5).....	-	-	-	-	-	-	14.004	14.004	-	-
Total Geral.....							315.267	348.156	14.830	11.132

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no conselho de administração e na diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores;

(2) Investimento transferido para Banco Bradesco Cartões, AGE de 17 de novembro de 2015;

(3) Investimento alienado por redução de capital desproporcional conforme Instrumento de Alteração do Contrato Social da Caeté Holdings Ltda. de 31.3.2016;

(4) Para fins de Equivalência Patrimonial foi considerado o Balanço Patrimonial de 31 de março de 2016 (2015 - Balanço Patrimonial de 30 de abril de 2015); e

(5) Investimento de 9,02% na Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN - não avaliado pelo método de equivalência patrimonial em decorrência das alterações estabelecidas pela Resolução nº 3.619/08 do CMN.

11) IMOBILIZADO DE USO

Em 30 de junho - R\$ mil

Imóveis de Uso:	Em 30 de junho - R\$ mil			
	Taxas	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação
Benfeitorias.....	-	480	(120)	360
Instalações, móveis e equipamentos.....	10%	118	(43)	75
Sistema de comunicação e processamento de dados.....	20%	125	(72)	53
Total em 2016.....		723	(235)	488
Total em 2015.....		723	(152)	571

12) INTANGÍVEL

Em 30 de junho - R\$ mil

Software.....	Em 30 de junho - R\$ mil			
	Taxas	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização
	20%	546	(208)	338
Total em 2016.....		546	(208)	338
Total em 2015.....		523	(102)	421

13) CAPTAÇÕES

a) Depósitos interfinanceiros

Não há depósitos interfinanceiros em 30 de junho de 2016 e 2015, e as despesas de captação somaram R\$ 14.187 mil (2015 - R\$ 1.855.427 mil) nos semestres.

b) Obrigações por operações compromissadas

Em 30 de junho de 2015, correspondia a operações lastreadas com Debêntures, registradas em "Recompras a Liquidar - Carteira Própria", no montante de R\$ 22.388.035 mil e as despesas de captação somaram R\$ 1.272.696 mil.

14) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

continua...

...continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.147.315/0001-15
Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal tese é do PIS e da COFINS no montante de R\$ 675.574 mil (2015 - R\$ 640.737 mil): pleiteia calcular e recolher o PIS e a COFINS sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da LC 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de Faturamento.

IV - Movimentação das provisões constituídas

	Em 30 de junho - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
Saldo no início do 1º semestre de 2016	2.130	98.373	671.347
Atualização monetária	12	263	34.954
Constituições líquidas de reversões	(58)	(644)	(186)
Baixas por pagamentos	(35)	-	-
Saldo no final do 1º semestre de 2016 (Nota 15) ...	2.049	97.992	706.115
Saldo no final do 1º semestre de 2015 (Nota 15) ...	2.117	96.147	649.720

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Banco Bradesco BERJ são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis - responsabilidades

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são de Autuação de IRPJ e CSLL relativos aos anos-bases de 2007 a 2010, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 451.322 mil (2015 - R\$ 431.706 mil).

Entretanto, em consequência das regras definidas para fins de privatização do BERJ, conforme cláusula 7.2.1.2 do Edital de Venda das Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. - em Liquidação, o Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de alienante das ações, responde perante este BERJ e o Bradesco (Novo Controlador), sem direito de regresso, por todas as contingências, inclusive fiscais, trabalhistas, previdenciárias, cíveis, comerciais e administrativas, decorrentes de atos e fatos ocorridos até a data da privatização e que forem reclamados contra o BERJ, o Novo Controlador, ou seus sucessores, salvo se referidas contingências estiverem suficientemente provisionadas no balanço de fechamento de 3 de novembro de 2011, ou seja, se tais provisões forem suficientes para suportar os futuros e respectivos pagamentos destas contingências.

15) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Provisões fiscais (Nota 14b).....	706.115	649.720
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar.....	101.745	297.018
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 24c).....	104.286	255.222
Impostos e contribuições a recolher.....	10.537	36.920
Total	922.683	1.238.880

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Provisão para passivos contingentes (Nota 14b).....	100.041	98.264
Outras obrigações (1).....	28.151	24.699
Diversas.....	5.568	5.607
Total	133.760	128.570

(1) Inclui: (i) Montante a devolver ao Estado do Rio de Janeiro, de R\$ 11.206 mil (2015 - R\$ 10.496 mil), decorrente de obrigações contidas no Edital de Venda do BERJ; e (ii) Montantes devidos aos diversos credores habilitados durante o regime de liquidação deste Banco, de R\$ 8.370 mil (2015 - R\$ 8.198 mil).

16) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 3.087.000 mil (2015 - R\$ 52.156.095 mil), totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 155.463 ações ordinárias (2015 - 155.463 ações ordinárias).

A Assembleia Geral Extraordinária de 17.11.2015 deliberou o aumento de capital social no montante de R\$ 134.000 mil mediante a capitalização de parte do saldo "Reserva de Lucros - Reserva Legal", sem emissão de ações e redução de capital de R\$ 49.203.095 mil, sem cancelamento de ações.

b) Composição do capital social

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	Quantidade de ações			
	2016	2015	2016	2015
Saldo inicial.....	155.463	155.463	3.087.000	52.288.489
AGE 31.1.2015 - Cisão parcial para Trenton (1).....	-	-	-	(132.394)
Saldo final	155.463	155.463	3.087.000	52.156.095

(1) Em 31 de janeiro de 2015, foram transferidos imóveis para Trenton Empreendimentos e Participações Ltda., mediante cisão parcial no patrimônio do Bradesco BERJ, com versão da parcela cindida à citada empresa. A cisão do acervo dos imóveis acarretou uma redução do patrimônio líquido do BERJ no montante de R\$ 132.394 mil, mediante redução do seu capital social, passando de R\$ 52.288.489 mil para R\$ 52.156.095 mil, sem cancelamento de ações representativas do seu capital social.

c) Reservas de lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Reservas de lucros.....	1.755.170	863.138
- Legal (1).....	192.180	183.812
- Estatutária (2).....	1.562.990	679.326

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutária, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo dos dividendos relativo aos semestres findos em 30 de junho, estão demonstrados a seguir:

	R\$ mil	
	2016	2015
Lucro líquido do semestre.....	187.073	952.428
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(9.354)	(47.621)
Base de cálculo ajustada.....	177.719	904.807
Dividendos.....	44.430	226.202
Percentual em relação à base de cálculo ajustada	25,0%	25,0%
Valor em Reais por ação	285,79	1.455,02

17) DESPESAS DE PESSOAL

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos	3.880	2.337
Benefícios.....	2.457	3.017
Encargos sociais	1.077	653
Participação dos empregados no lucro	206	223
Outras.....	370	26
Total	7.990	6.256

18) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Serviços técnicos especializados.....	8.650	3.816
Condomínios	965	1.126
Serviços de terceiros.....	613	624
Propaganda, publicidade e publicações.....	256	203
Aluguéis.....	233	256
Sistema financeiro	218	379
Outros.....	337	766
Total	11.272	7.170

19) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Contribuição à COFINS.....	13.925	101.076
Despesas com impostos - IPTU.....	2.759	1.922
Contribuição ao PIS.....	2.263	16.425
Impostos e taxas	458	419
Total	19.405	119.842

20) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Atualização sobre depósitos vinculados.....	37.207	35.868
Atualização monetária sobre precatórios a receber.....	49.157	26.736
Recuperação de encargos e despesas	1.993	5.311
Reversão de provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	1.199	1.296
Juros sobre impostos a compensar.....	1.456	1.266
Outras.....	758	1
Total	91.770	70.478

21) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Varição monetária passiva (1).....	47.441	55.021
Despesa com patrocínio.....	250	1.832
Provisões cíveis.....	248	125
Provisões fiscais.....	-	28.704
Outras.....	5.253	460
Total	53.192	86.142

(1) Referem-se aos juros SELIC sobre provisões fiscais.

22) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Resultado na baixa de valores e bens	4.208	9.000
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	3.803	49.196
Rendas de aluguéis.....	232	2.209
Outras.....	358	(950)
Total	8.601	59.455

23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador (Banco Bradesco Cartões S.A.), controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2016	2015	2016	2015
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Aplicações em depósitos interfinanceiros				
Banco Bradesco S.A.	364.767	45.122.441	21.691	2.647.231
Aplicações no mercado aberto				
Banco Bradesco S.A.	382.644	573.590	12.730	24.986
Captações em depósitos interfinanceiros				
Banco Bradesco S.A.	-	-	(14.187)	(1.855.427)
Obrigações por operações compradas				
Banco Bradesco S.A.	-	(22.388.035)	-	(1.272.696)
Aluguéis a receber				
Banco Bradesco S.A.	-	-	-	1.159
Bradesco Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.....	-	-	-	71
BRAM - Bradesco Asset Management S.A.	-	-	-	71
Banco Bradesco BBI S.A.	-	-	-	167
Dividendos a receber				
BEC DTVM Ltda.	15	14	-	-
Serel Participações em Imóveis S.A.	18.171	18.171	-	-
Dividendos a pagar				
Banco Bradesco Cartões S.A.	(44.430)	(873.109)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização Bradesco.

Para 2016, foi determinado o valor máximo de R\$ 8.100 mil (2015 - R\$ 5.500 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 4.600 mil (2015 - R\$ 5.500 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em 3 parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Benefícios de Curto Prazo a Administradores

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos	2.835	1.260
Contribuição ao INSS.....	638	284
Total	3.473	1.544

Benefícios pós-emprego

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Planos de previdência complementar de contribuição definida	1.985	2.583
Total	1.985	2.583

O BERJ não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	320.226	1.561.576
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1)	(144.101)	(624.630)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	6.674	4.453
Despesas ineditáveis líquidas de receitas não tributáveis	(1.012)	(1.702)
Outros valores	5.287	12.731
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(133.153)	(609.148)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social até agosto de 2015 e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15.

continua...

...continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(143.756)	(554.353)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no semestre sobre adições temporárias.....	10.603	1.827
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social.....	-	(56.622)
Total dos impostos diferidos.....	10.603	(54.795)
Imposto de renda e contribuição social do semestre....	(133.153)	(609.148)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldos em 31.12.2015	Constituição	Realização	Saldos em 30.6.2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.582	600	631	7.551
Provisões cíveis.....	43.761	204	401	43.564
Provisões fiscais.....	306.614	14.078	84	320.608
Provisões trabalhistas	949	149	203	895
Ajuste valor de mercado dos títulos para negociação	855	-	855	-
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos.....	17.411	-	-	17.411
Provisão para desvalorização de bens não de uso.....	44.726	-	1.648	43.078
Outras provisões.....	44.673	94	699	44.068
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	466.571	15.125	4.521	477.175
Prejuízo fiscal e base negativa.....	35.795	-	-	35.795
Subtotal	502.366	15.125	4.521	512.970
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda.....	25.183	34.109	-	59.292
Total dos créditos tributários (Nota 8)	527.549	49.234	4.521	572.262
Obrigações fiscais diferidas (Nota 15a)	87.201	17.514	429	104.286
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas.....	440.348	31.720	4.092	467.976

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 30 de junho de 2016 - R\$ mil				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal	Base negativa	Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2016.....	54.376	42.076	15.972	17.829	130.253
2017.....	98.851	77.009	-	1.994	177.854
2018.....	110.535	85.291	-	-	195.826
2019.....	5.160	3.869	-	-	9.029
2020.....	5	3	-	-	8
Total	268.927	208.248	15.972	19.823	512.970

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores do

Banco Bradesco BERJ S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco BERJ S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos, tributários monta a R\$ 492.032 mil (2015 - R\$ 455.669 mil) sendo R\$ 456.640 mil (2015 - R\$ 393.067 mil) de diferenças temporárias e R\$ 35.392 mil (2015 - R\$ 62.602 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Todos os créditos tributários do BERJ foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 104.286 mil (2015 - R\$ 255.222 mil) relativo a ganho de capital R\$ 18.894 mil (2015 - R\$ 19.369 mil), R\$ 2.632 mil (2015 - R\$ 190.074 mil) e atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 82.760 mil (2015 - R\$ 45.779 mil).

25) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

O BERJ, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Gerenciamento de capital

Em função de estar inserido no processo de gerenciamento de capital adotado pela Organização Bradesco que se utiliza de seus conglomerados financeiro e econômico financeiro do Bacen, o BERJ não dispõe de processo individual para adequação do Patrimônio de Referência.

c) Benefícios a empregados

O BERJ é patrocinador de um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

As contribuições dos funcionários do BERJ são equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e as contribuições do BERJ são de 5% do salário.

As obrigações atuariais do plano de contribuição definida (PGBL) estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente.

As despesas com contribuições efetuadas durante o semestre totalizaram R\$ 2.015 mil (2015 - R\$ 2.617 mil).

d) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

e) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2016.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – 1SP199295/O-5 S - RJ

do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco BERJ S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Osasco, 25 de agosto de 2016



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola

Contador CRC 1SP214007/O-2

Financiamento ainda é a principal opção na compra do carro novo

O pagamento a prazo segue sendo a opção mais utilizada pelo consumidor na hora de comprar um carro zero quilômetro. De acordo com dados da Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras (Anef), no primeiro semestre deste ano, 58% dos negócios utilizaram essa modalidade de crédito. O CDC foi o preferido por 50% dos compradores, seguido pelo consórcio (6%) e leasing (2%). As vendas à vista, por sua vez, bateram recorde e atingiram a marca de 42% – superando em dois pontos percentuais o resultado alcançado no ano passado.

A Anef refez suas projeções para este ano. A entidade projeta que o saldo de financiamento deverá ficar em R\$ 155,7 bilhões, queda de 15% em relação ao resultado alcançado no ano passado, que foi de R\$ 183,2 bilhões. Já o volume de recursos liberados deverá cair 15,8%, passando de R\$ 92 bilhões para R\$ 77,5 bilhões.

No segmento dos veículos pesados, o Finame ainda é o responsável pela maior parte das operações, com 63% dos contratos. Outras modalidades utilizadas na compra de um caminhão foram CDC (15% das negociações) e leasing (1%), enquanto as entregas por meio do consórcio atingiram 4%.

No mercado das motocicletas, as entregas pelo consórcio responderam por 38% das vendas. No primeiro semestre deste ano, as vendas à vista e no CDC empataram com 31% dos negócios.

Carteiras e recursos

O saldo das carteiras no período somou R\$ 169,3 bilhões, queda de 14,2% nos últimos doze meses e de 1,3% em relação ao mês anterior. Desse total, R\$ 164,2 bilhões foram destinados ao CDC e R\$ 5,1 bilhões ao leasing. Se analisarmos cada uma das operações, os saldos para o financi-

amento caíram 13,7% e para o leasing, 27,1%. Esse valor correspondeu a 3,0 do PIB (Produto Interno Bruto) e manteve o percentual alcançado no mesmo período do ano passado. O resultado corresponde a 5,4% do total de crédito do SFN (Sistema Financeiro Nacional) e 10,8% do total das operações de crédito – recursos livres.

Já o total de recursos liberados no semestre foi de R\$ 38,6 bilhões, o que corresponde a uma queda de 17,5% nos últimos doze meses. Para o financiamento foram destinados R\$ 37,5 bilhões e para o leasing R\$ 1,1 bilhão. “Esses números são o retrato do cenário econômico atual”, analisa o presidente da Anef, Gilson Carvalho. “A demanda continua muito reprimida, pois o consumidor tem medo de perder o emprego e, por isso, evita contrair dívidas. Afinal, o consumidor só decide pela compra baseado em três pilares: confiança, renda e crédito-

to, elementos que vêm se degradando nos últimos meses. Isso impacta diretamente no volume de vendas e de financiamento”, afirma.

Taxas e prazos

Astaxas praticadas pelos bancos ligados às montadoras continuam mais atraentes para o consumidor na comparação com as instituições independentes. Em junho, as entidades ligadas cobraram juros de 23,14% ao ano e 1,75% ao mês, enquanto os independentes, 26% e 1,4%, respectivamente.

O prazo médio das concessões foi mantido em 42 meses. O prazo máximo oferecido pelos bancos é de 60 meses.

A taxa de inadimplência Pessoa Física continua em elevação. Em junho, o índice de inadimplentes na modalidade CDC foi de 4,5%, contra os 3,9% registrados no mesmo mês do ano passado. Na carteira de leasing, foi de 4,3% – queda de 2,8 pontos percentuais.

Registro Geral

TILÁPIA - A partir desta sexta-feira, o público do 2º Tilápia Gourmet de Ipiabas tem encontro gastronômico com pratos e petiscos elaborados com tilápia. O evento vai até domingo, dia 28, no distrito de Ipiabas, em Barra do Piraí. Vários estandes estarão montados na Praça Irineu Mendonça numa mistura de aroma e sabor, com o objetivo de tornar a espécie mais popular ao paladar dos consumidores. E os visitantes também aproveitarão a festa com shows dos mais variados ritmos musicais, todos os dias. O evento tem programadas oficinas diárias com chefs de cozinha que falarão sobre elaboração de pratos, recepção e armazenagem do produto, além de criação de receitas, para empresários dos ramos de bares, restaurante e pousadas.

ONLINE – O Conecta, plataforma web do Ibope Inteligência, realizou uma pesquisa nacional online que revelou que 90% dos usuários de internet do país costumam fazer

compras online. De acordo com a pesquisa, os itens mais comprados são, em ordem, eletrodomésticos, roupas e eletrônicos. A pesquisa foi feita com 2 mil internautas em junho de 2016.

ASSESSORIA DE IMPRENSA - Estão abertas as inscrições para a palestra gratuita de Assessoria de Imprensa Estratégica da KB Comunicação. O evento será realizado no próximo dia 14/9 (quarta-feira), às 19h, no Espaço Ideal Eventos, localizado na Rua Santa Luzia, 760, no Centro do Rio. Na ocasião, a jornalista Kelly Beltrão, abordará Como Abrir o Próprio Negócio Neste Segmento e captar clientes. No fim da palestra, será sorteada uma bolsa 100% para a 8ª Edição do Curso de Assessoria de Imprensa Estratégica da KB Comunicação, que será nos dias (1º/10, 8/10, 15/10 e 22/10 (sábados), das 9h às 13h, no mesmo Espaço. São 50 vagas para a palestra. Interessados enviar e-mail para: kbcomunicacao1@gmail.com